



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
ICED – INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA

BETINA DI LUIZA LOPES TAVARES

**NEOLIBERALISMO PARA BAIXINHOS: A DEFESA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL
NA REVISTA EM QUADRINHOS “CIDADANIA” DA TURMA DA MÔNICA**

SANTARÉM

2024

BETINA DI LUIZA LOPES TAVARES

NEOLIBERALISMO PARA BAIXINHOS: A defesa do ideário neoliberal na revista em quadrinhos “cidadania” da turma da mônica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Ciências Humanas para a obtenção do título de Licenciada em História e Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Educação.

Orientador Dr. André Dionei Fonseca.

SANTARÉM

2024

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

T231n Tavares, Betina Di Luiza Lopes
Neoliberalismo para baixinhos: a defesa do ideário neoliberal na revista em quadrinhos “Cidadania” da turma da Mônica./ Betina Di Luiza Lopes Tavares. – Santarém, 2024.
38 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientador: André Dionei Fonseca.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em História e Geografia.

1. Neoliberalismo. 2. Revista em quadrinhos. 3. Cidadania. I. Fonseca, André Dionei, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 330.122



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

Ata de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso

Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História e Geografia da discente BETINA DI LUIZA LOPES TAVARES.

No dia 25 de outubro de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História e Geografia apresentado (a) pelo (a) discente Betina Di Luiza Lopes Tavares, intitulado: **NEOLIBERALISMO PARA BAIXINHOS: A DEFESA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA REVISTA EM QUADRINHOS “CIDADANIA” DA TURMA DA MÔNICA**. Compuseram a banca

examinadora o professor Prof. Dr. André Dionei Fonseca (orientador) e o Professor Dr. Gefferson Ramos Rodrigues (membro da banca). Após a exposição oral, a discente foi arguida pelos componentes da banca e, posteriormente, reuniram-se reservadamente e decidiram pela **APROVAÇÃO** com a nota 9,5. A nota fica condicionada à incorporação das sugestões apresentadas pela banca. Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada e assinada pelos membros da banca examinadora.

Santarém, 25 de outubro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ DIONEI FONSECA
Data: 25/10/2024 19:02:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. André Dionei Fonseca (orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br GEFERSON RAMOS RODRIGUES
Data: 25/10/2024 19:33:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gefferson Ramos Rodrigues (examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor André Dionei Fonseca, pela paciência, incentivos e todos os bons conselhos.

Agradeço a minha mãe por ter orgulho de todos os filhos em cursos de graduação na federal, por incentivar e ser uma grande entusista do ensino público e da universidade pública.

Agradeço a Maria minha irmã, e meu irmão José, e meu irmão Hugo, por todo o apoio e incentivo de sempre.

Agradeço as minhas amigas, Vitória, Elaine e Erycléia, porque estão sempre ao meu lado, incentivando e torcendo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a defesa do ideário neoliberal na revista em quadrinhos “Cidadania” da Turma da Mônica, publicada em 1993 pelo Instituto Cultural Mauricio de Sousa. A partir de uma perspectiva teórica que considera o neoliberalismo como uma racionalidade governamental, este estudo busca compreender como os valores neoliberais, como a meritocracia, a responsabilização individual e a crítica ao Estado, são transmitidas ao público infantil por meio da narrativa lúdica do gibi. A problematização central gira em torno de como as revistas em quadrinhos, como forma de comunicação de amplo alcance, podem ser utilizadas para disseminar ideologias, moldando subjetividades e naturalizando uma visão política e econômica. Dividido em três partes, o trabalho inicia com uma discussão sobre o conceito de neoliberalismo e suas diversas nuances, seguido por uma análise do gibi como fonte histórica e seu papel na produção cultural brasileira. Por fim, apresenta-se uma análise detalhada da revista “Cidadania”, examinando como os discursos e as imagens presentes no gibi reforçam uma visão neoliberal da cidadania, esvaziando o papel do Estado e privilegiando a lógica do mercado. Ao investigar a inserção desses valores em um produto cultural voltado para crianças, o estudo contribui para o entendimento de como a cultura popular opera na difusão de ideologias políticas.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Revista em quadrinhos. Cidadania.

ABSTRACT

This study aims to analyze the defense of neoliberal ideology in the comic book “Cidadania” (Citizenship) from Turma da Mônica, published in 1993 by the Instituto Cultural Mauricio de Sousa. From a theoretical perspective that considers neoliberalism as a governmental rationality, this research seeks to understand how neoliberal values, such as meritocracy, individual responsibility, and criticism of the State, are conveyed to a young audience through the comic’s playful narrative. The central problem revolves around how comic books, as a broad-reaching communication medium, can be used to disseminate ideologies, shaping subjectivities and naturalizing a political and economic worldview. Divided into three parts, this work begins with a discussion on the concept of neoliberalism and its various nuances, followed by an analysis of the comic book as a historical source and its role in Brazilian cultural production. Finally, a detailed analysis of the comic book “Cidadania” is presented, examining how the narrative and images reinforce a neoliberal view of citizenship, diminishing the role of the state and privileging market logic. By investigating the insertion of these values into a cultural product aimed at children, this study contributes to the understanding of how popular culture operates in the dissemination of political ideologies.

Keywords: Neoliberalism. Comic book. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da revista em quadrinhos.....	20
Figura 2 – Um sentimento chamado cidadania.....	21
Figura 3 – Brasil.....	22
Figura 4 – A lei do mais esperto está presente em todo o lugar.....	23
Figura 5 – Essa esperteza acaba se refletindo em nossos representantes.....	25
Figura 6 – Inflação.....	25
Figura 7 – O governo gasta mais do que arrecada.....	29
Figura 8 – O Estado é um mau empresário. Qual a solução?.....	31
Figura 9 – Financiamento do Banco de Boston.....	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE.....	10
3. A REVISTA EM QUADRINHOS	15
4. NEOLIBERALISMO PARA BAIXINHOS: ANÁLISE DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA REVISTA EM QUADRINHOS “CIDADANIA” DA TURMA DA MÔNICA	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1. Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso propõe-se a investigar a defesa do ideário neoliberal na revista em quadrinhos “Cidadania” da Turma da Mônica, lançada em 1993 pelo Instituto Cultural Mauricio de Sousa. A revista, voltada ao público infantil, foi criada com o objetivo pedagógico de ensinar cidadania de maneira lúdica, mas, ao longo da narrativa, revela-se a presença de elementos que refletem uma perspectiva neoliberal da economia e do Estado. O estudo pretende analisar como essa visão é construída, observando as formas discursivas e visuais utilizadas para naturalizar valores como a meritocracia, a individualização da responsabilidade e a minimização do papel do Estado.

O neoliberalismo, como apontam autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy (2017), David Harvey (2011) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016), não se limita a um conjunto de políticas econômicas, mas deve ser entendido como uma racionalidade que permeia e organiza a vida social. Esta racionalidade estende os princípios da concorrência e do mercado para diversas esferas, incluindo a cultura, a educação e até as relações interpessoais. No Brasil, essa racionalidade ganha força a partir das reformas dos anos 1990, alinhando o país às políticas neoliberais globais e promovendo uma agenda de redução do Estado e de privatização de bens públicos.

Neste contexto, a revista em quadrinhos “Cidadania” da Turma da Mônica, patrocinada pelo Banco de Boston e pelo Instituto Liberal de São Paulo, reflete o esforço de disseminação de uma pedagogia neoliberal. Ao destinar-se a um público infantil, o gibi se insere em uma estratégia que busca moldar subjetividades desde cedo, apresentando a cidadania não como um conjunto de direitos conquistados coletivamente, mas como um “sentimento” individual, enfatizando a responsabilidade pessoal sobre o bem-estar social e a eficiência econômica.

A problemática central deste trabalho reside, assim, na compreensão de como o ideário neoliberal, ao se infiltrar nas mais diversas esferas da sociedade, atinge também a educação infantil e a cultura popular. A revista “Cidadania” oferece uma representação simplificada e, ao mesmo tempo, ideologicamente carregada da noção de cidadania, omitindo aspectos históricos fundamentais, como o papel do Estado na garantia de direitos, e promovendo uma visão crítica às funções históricas do Estado como agente de propulsão do desenvolvimento e como mediador, ainda que de modo precário, das desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Isso nos leva a questionar: como os quadrinhos, enquanto forma de comunicação de massa, podem ser utilizados para veicular e naturalizar ideologias políticas e econômicas? Quais as implicações desse tipo de discurso no imaginário infantil e na formação de futuras gerações?

Este trabalho busca, portanto, explorar essa questão a partir da análise da revista em quadrinhos “Cidadania”, abordando os conteúdos apresentados que contribuem para a internalização de uma visão neoliberal do mundo. O objetivo é problematizar como uma narrativa voltada ao público infantil pode operar como ferramenta ideológica, contribuindo para a construção de um imaginário que valoriza a lógica de mercado e individualiza responsabilidades, esvaziando, ao mesmo tempo, o papel do Estado e das lutas sociais na constituição da cidadania.

A utilização de revistas em quadrinhos como fonte para a história abre uma importante via de investigação sobre os modos de produção cultural e sobre a difusão de ideologias na sociedade. Seguindo a perspectiva de Tânia Regina de Luca (2006), que em seu estudo “História dos, nos e por meio dos periódicos” discute o papel dos periódicos como fontes históricas, podemos expandir essa análise para os gibis. Luca destaca que os periódicos são fundamentais na constituição da esfera pública e na formação de opiniões, uma vez que atuam como intermediários entre os produtores de conteúdo e o público leitor, desempenhando um papel central na mediação cultural e política.

Assim como os periódicos, os quadrinhos podem ser considerados fontes privilegiadas para a investigação histórica, uma vez que revelam muito sobre as questões sociais, políticas e culturais de uma época. No caso da revista “Cidadania”, temos uma produção cultural que, embora voltada ao entretenimento infantil, carrega consigo uma agenda política explícita. Ao analisar esse tipo de fonte, é possível entender como determinadas visões de mundo são transmitidas e naturalizadas na sociedade, em especial quando direcionadas a um público em formação. A Turma da Mônica, uma das mais populares produções culturais brasileiras, tem sido historicamente utilizada como ferramenta pedagógica, tanto por iniciativas privadas quanto por projetos governamentais, o que reforça seu papel na disseminação de ideologias.

Este trabalho está dividido em três tópicos principais, que se articulam de maneira a fornecer um panorama abrangente da relação entre neoliberalismo e cultura popular no Brasil. No primeiro tópico, fazemos uma discussão teórica sobre o conceito de neoliberalismo, abordando suas diferentes matrizes e perspectivas críticas. Ao explorar o neoliberalismo como uma racionalidade governamental, discutimos como ele estrutura não apenas a ação dos governantes, mas também molda o comportamento dos governados, impondo a lógica da concorrência e do mercado como princípios normativos que se estendem às esferas sociais mais amplas.

No segundo tópico, discutimos o gibi como fonte histórica e cultural, explorando seu lugar na produção cultural brasileira. Considerando as contribuições de Waldomiro Vergueiro,

grande especialista desse tema, discutimos como as revistas em quadrinhos podem ser utilizadas para analisar a sociedade, abordando seu potencial educativo e suas implicações na formação de imaginários sociais. Especial atenção é dada ao contexto da produção da Turma da Mônica e sua inserção em projetos pedagógicos que, ao longo dos anos, associaram o entretenimento à difusão de valores sociais e políticos.

Por fim, no terceiro tópico, apresentamos a análise do neoliberalismo na revista em quadrinhos “Cidadania” da Turma da Mônica. Neste tópico, examinamos como a narrativa do gibi constrói a noção de cidadania, enfatizando aspectos como a meritocracia, a individualização da responsabilidade e a crítica ao Estado. Nossa análise se concentra nas estratégias discursivas e visuais utilizadas para apresentar a corrupção e o “jeitinho brasileiro” como causas fundamentais dos problemas sociais, ao mesmo tempo em que omite ou minimiza o papel histórico do Estado e das lutas coletivas na construção dos direitos.

2. O Neoliberalismo como Racionalidade

O esforço de definição, embora necessário, é sempre desafiador quando se trata de um conceito tão complexo como o neoliberalismo. Como destaca Daniel Pereira Andrade (2019), o conceito “neoliberalismo” é tão permeado de polêmica que formou mais um campo de debate do que um consenso propriamente dito. Sem a possibilidade de ir a fundo na história desse conceito nos limites deste trabalho e indicando ao leitor que um maior aprofundamento histórico pode ser encontrado no mencionado artigo de Andrade (2019), utilizarei como ponto de partida para essa reflexão a definição clássica de Gérard Duménil e Dominique Lévy, segundo a qual:

Pode-se definir o neoliberalismo como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA (DUMÉNIL; LÉVY, 2017, p.2)

A base do neoliberalismo a que se referem Duménil e Lévy é o consenso de Washington, que foi reunião marcada pela presença de economistas liberais, membros da OCDE e de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial em 1989, com o objetivo de construir medidas para solucionar os “problemas” da América Latina, já que no final dos anos 1980, a maioria dos países, saídos de regimes ditatoriais, estavam colapsando em todas as esferas pela via perversa que combinava inflação com estagnação.

Como aponta Luiz Carlos Bresser Pereira (1990), o consenso dessa reunião era de que a América Latina estava em crise e não conseguia se desenvolver por dois motivos: indisciplina fiscal (populismo econômico) e estatismo (protecionismo nacionalista). Para os problemas do continente Latino Americano, o remédio seriam as medidas neoliberais:

O “consenso de Washington” é constituído de 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro. (BRESSER 1990 apud WILLIAMSON, 1990, p. 8).

Em linhas gerais, o consenso de Washington apresentava como solução para os problemas latino-americanos: diminuição do papel do Estado e liberalização da economia, deixando para o mercado a regulamentação dos problemas e provisão do desenvolvimento. O que Bresser elucida em seu texto é que o consenso de Washington não abordava os problemas da dívida externa ou da dívida pública e também não dava uma explicação em perspectiva histórica, situando, no plano da economia, a “intervenção estatal” e o que chamavam de “populismo econômico” como as verdadeiras causas para a estagnação e a falta de desenvolvimento.

No entender de Bresser, o que se chama de “consenso” na realidade não passava de uma abordagem, um diagnóstico que serviu para estruturar todo um conjunto de medidas econômicas contracionistas que tinha como referencial único o saneamento das contas do Estado. Para o economista, como o diagnóstico era falho, por desconsiderar aspectos históricos essenciais na construção do quadro de crise, o remédio também acabaria não surtindo efeito. O que ocorreu nos anos 1990 foi que os países latino-americanos se alinharam à lógica de diminuição do Estado, sob a coerção de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e quanto mais o remédio falhava, pelo erro de diagnose, mais ele era aplicado em doses cavalares. Bem, o efeito foi desastroso, tendo como resultado um clima geral de insatisfação popular em diversos países que se renderam ao receituário do “menos Estado”.

No livro *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (2004), o professor Ha JoonChang mostra que os países desenvolvidos, por meio de organizações como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), já citadas anteriormente, propõe reformas e medidas neoliberais que eles mesmos não praticaram quando estavam em desenvolvimento. Nesse sentido, muitos países recorreram a políticas industriais e comerciais prescritas no receituário neoliberal como a última palavra em termos econômicos, mas que não eram aplicadas nem sequer nos países centrais de onde vinham, como é o caso flagrante da ideia de abertura das indústrias ao capital internacional sem uma preocupação estratégica com um projeto nacional de desenvolvimento industrial. Por isso o interessante título “chutando a escada”, pois o autor aponta que os países desenvolvidos enriqueceram aplicando um modelo econômico que agora era apresentado como defasado às nações em desenvolvimento:

Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais “ruins”, como a de proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação - práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Antes de se tornarem completamente desenvolvidos (ou seja, antes do fim do século XIX e do início do XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais “básicas” como os bancos centrais. Se for esse o caso, as nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições “boas” unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram, no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico? (CHANG, 2004, p. 13 -14)

Durante a década de 1990 foram recorrentes as crises na América Latina, muitas delas gravíssimas. Houve revoltas populares contra as medidas dadas pela abordagem de Washington, a exemplo da Argentina, 1998 a 2002 e do Equador, em 2000. Como afirmou Tarcísio Mota (2000), no Brasil, desde a década de 1990, o mercado se “sacralizou”, pois embora tenha havido descontinuidade na governança do país com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, grande entusiasta do neoliberalismo, em termos econômicos os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, esse último em dois mandatos, em termos de abertura do país às ideias neoliberalizantes, houve não só continuidade como aprofundamento do que havia sido esboçado por Collor e sua polêmica ministra Zélia Cardoso de Mello.

Uma questão que se coloca nessa altura de nossa reflexão é como essa agenda econômica que já deu tanta mostra de que é ineficiente para o interesse das maiorias e ao

desenvolvimento nacional, consegue se manter ainda como uma espécie de remédio mágico para todas as dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento.

O cenário de efervescência popular contra as medidas neoliberais em vários países da América Latina como Chile e Equador, em 2019, nos coloca diante da necessidade de aprofundar os estudos sobre esse assunto que, é bem verdade, já foi bastante pesquisado em diversos campos do conhecimento, mas que pela sua complexidade e inserção no tecido social brasileiro e mundial, carece de mais pesquisas. Uma preocupação que tem sido cada vez mais recorrente, por exemplo, são as múltiplas estratégias de que se utiliza o ideário neoliberal para se inserir nas mais diferentes esferas da vida social, longe de uma interpretação do neoliberalismo como algo iminentemente ligado às questões de ordem econômica. O importante estudioso do assunto David Harvey, chamou a atenção para esse aspecto ao dizer que:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes o mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (2011, p. 15).

Esse é um aspecto primordial do neoliberalismo, pois se trata de um ideário que tenta dar forma ao nosso jeito de ser, à nossa vida, ou seja, somos todos pressionados a ter um comportamento, seja no plano social ou no privado, que se enquadra nos seus ditames que tem como lógica estruturante a dimensão da concorrência.

No livro *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*, Pierre Dardot e Christian Laval (2016), se propõem a analisar o que é novidade no neoliberalismo, e entender qual a diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, indo contra a tendência comum que consiste em apresentar este como um retorno ao liberalismo original após um tempo de ruptura, e a destacar as características que diferenciam e especificam o que eles chamam de *governamentalidade* neoliberal.

Notando que o neoliberalismo mostra capacidade de se fortalecer diante de crises e tem capacidade de se adaptar a novas conjunturas, Dardot e Laval (2016, p.17). defendem que o neoliberalismo, antes de ser uma política econômica ou uma ideologia, é uma *racionalidade*, que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas dos governados”. Os autores também definem o neoliberalismo como uma racionalidade governamental que é

capaz de subjetivar na sociedade a lógica de mercado, através do pensamento empresarial e de concorrência:

A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (...) O neoliberalismo pode ser definido como conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL 2016 p.17).

Os autores utilizam o conceito de *governamentalidade* de Michel Foucault como aparato de explicação. No contexto em que o neoliberalismo surge nos anos 1960-1970, com o esgotamento do modelo de social democracia, do estado de bem-estar social e da teoria Keynesiana, coincidindo com os movimentos de protestos estudantis de 1968. Foucault notou que o que estava acontecendo não era apenas uma crise de acumulação do capital, mas uma crise da *governamentalidade* liberal. Por isso, compreender o surgimento do neoliberalismo somente como solução do capitalismo a uma crise de acumulação, como apontariam os marxistas, é uma explicação insuficiente.

É, na verdade, nesse contexto muito específico de contestação generalizada que Foucault situa o advento de uma nova maneira de conduzir os indivíduos que pretende satisfazer a aspiração de liberdade em todos os domínios tanto sexual e cultural como econômico. Para resumirmos, ele teve a intuição de que o que se decidia naqueles anos (1960-1970) era uma crise aguda das formas até então dominantes de poder. Compreendeu, contra o economicismo, que não se podem isolar as lutas dos trabalhadores das lutas das mulheres, dos estudantes, dos artistas e dos doentes, e pressentiu que a reformulação dos modos de governo dos indivíduos nos diversos setores da sociedade e as respostas dadas às lutas sociais e culturais estavam encontrando, com o neoliberalismo, uma possível coerência teórica e prática. Interessando-se pela história do governo liberal, ele mostra aquilo que chamamos desde o século XVIII de "economia" está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a biopolítica) que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26-27)

Dardot e Laval, destacam que o liberalismo vigente no século XIX tinha como características principais o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado. Eles afirmam que neoliberalismo é a racionalidade que almeja mercantilizar as relações sociais e tornar a sociedade uma sociedade neoliberal:

O neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição. Não retoma a questão dos limites do governo do ponto em que ficou. O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limites dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (Jhon Locke) ao cálculo da utilidade (Jeremy Betham),

mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como do governo de si. Considerado uma racionalidade governamental e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade humana. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34)

É evidente que nessa luta pela introjeção dessa racionalidade na teia social são vários os instrumentos utilizados pelos propagadores da racionalidade neoliberal, e como é bem típico de movimentos que querem incutir e fixar um pensamento dominante, as crianças são sempre consideradas alvos preferenciais pelo momento formativo que se acham.

3. A Revista em quadrinhos

As fontes históricas tão centrais na produção da História ciência, tiveram sua diversificação ampliada no decorrer do século XX, com o desenvolvimento do conceito de História problema que interliga fonte e problema, da *Escolas dos Annales* e da aproximação da História com outras disciplinas como Geografia, Linguística, Psicologia e até mesmo a Arqueologia. Hoje o historiador conta com fontes materiais, de conteúdo, imateriais e virtuais, como apresentou na sua taxonomia das fontes históricas José de Assumpção Barros (2023).

As revistas em quadrinhos mostraram ser um instrumento com alto potencial de comunicação em massa e ensino, porque na sua estrutura une linguagem verbal e não verbal. Mauricio de Sousa é um desenhista e empresário brasileiro do interior de São Paulo que começou sua carreira como desenhista em 1959, publicando seus primeiros personagens no jornal *Folha da Manhã* que hoje é a *Folha de São Paulo*. Em 1960, criou o personagem Cebolinha e nos anos seguintes foi criando outros personagens como Cascão, Chico Bento e outros.

Mônica, a personagem mais famosa de Mauricio de Sousa e protagonista da Turma da Mônica, apareceu pela primeira vez em 1963. A criação é inspirada em uma das filhas do desenhista. Devido ao sucesso da turma, Mauricio se tornou um empresário, criou serviços de redistribuição, montou equipes e começou a trabalhar com licenciamentos o que fez com que a Turma da Monica ficasse reconhecida nacional e internacionalmente. A Turma da Mônica se tornou um empreendimento, nos anos 1980 também expandiu seu mercado para parques temáticos, licenciou a marca para os mais diversos produtos como brinquedos e materiais escolares. Mauricio se adaptou a novos estilos como o dos mangás japoneses e adaptou seus desenhos fazendo o lançamento das animações da Turma da Mônica adolescente com traços de mangá.

O Brasil não teve uma grande tradição para os quadrinhos, muitos quadrinistas tentaram mas não conseguiram criar tradição dessa arte sequencial. Muitas foram as tentativas de diversos quadrinistas brasileiros de emplacar suas criações sem sucesso até pela falta de incentivos. Diferente de outros países da América Latina como a Argentina que tem sua Mafalda, de Quino, uma personagem preocupada com os problemas do mundo e a realidade concreta, ou até do Charlie Brown e seu cãozinho Snoopy do quadrinista Charles Schulz, com uma abordagem mais existencialista, que ficaram muito famosos no mundo por esse motivo.

Nos anos 1990, Mauricio notou que escolas passaram a usar seus personagens e histórias em sala de aula pra falar dos mais diversos temas, então, em 1997, criou o Instituto Cultural Mauricio de Sousa, para atuar diretamente com educação. O Instituto declara em seu próprio site que “Em 1997, Mauricio percebeu que era hora de atuar efetivamente na educação de forma sistemática e dirigida. Foi assim que foi criado o Instituto Cultural Mauricio de Sousa” e também que sua missão é “desenvolvimento humano, a diminuição dos níveis de exclusão e desigualdade social e a criação de condições e oportunidades para que as futuras gerações possam desenvolver plenamente seu potencial como pessoas e cidadãos”.¹

Já o financiador da edição especial do gibi que ora analisamos neste estudo, o Banco de Boston, foi um Banco de origem Norte Americana controlado pelo Bank of América, ele teve sede em Massachussets, Estados Unidos, e no estado de São Paulo, em território brasileiro. Teve encerramento de suas atividades em 1999 nos EUA e no Brasil foi comprado pelo Banco Itaú em 2006. Nos anos 1990, data da publicação a instituição era presidida pelo brasileiro conhecido no mercado financeiro internacional Henrique Meireles, que também foi presidente do Banco Central de 2003 a 2011 durante o governo Luís Inácio Lula da Silva e ministro da Fazenda em 2016 no governo de Michel Temer e também foi candidato à presidência do Brasil em 2018.

Outro apoiador da edição foi o Instituto Liberal de São Paulo, sobre o qual é importante ressaltar que surgiu como um tipo de filial, como os demais derivados do Instituto Liberal do Rio de Janeiro criado em 1983, parte de um movimento que seguiu uma linha internacional de criação dos chamados thinktanks desde os anos 1960 e 1970, como o Institute of Economic Affairs (IEA), o Heritage Foundation e o Liberty Fund, com quem faziam parcerias e contavam com apoio financeiro (GROS, 2002).

¹ Disponível em: www.institutomauriciodesousa.org.br/sobre-o-instituto-mauricio-de-sousa . Acesso em 29 de abril de 2020.

O Instituto Liberal² é uma instituição criada em Janeiro de 1983 no Rio de Janeiro por Donald Stewart Jr, com institutos análogos que foram surgindo em várias capitais do país. No site oficial da instituição explica-se que inicialmente o instituto funcionava como intuito de traduzir, editar e publicar livros e panfletos liberais, de autores conhecidos internacionalmente como Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e liberais brasileiros como Alberto Oliva e Ricardo Vélez Rodríguez.

Criados por um grupo de grandes empresários no Rio de Janeiro em 1983, e transformados em rede nacional depois da instauração da Nova República, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, os Institutos Liberais dedicam-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo. Sua estratégia de atuação é definida pelo Conselho Nacional de Institutos Liberais, que reúne os presidentes dos institutos estaduais. Sustentados por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no país, desenvolvem um trabalho de dupla natureza: de doutrinação ideológica entre as elites brasileiras, especialmente aqueles segmentos considerados formadores de opinião - universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral; e de formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal. (GROS, 2002 p.3)

Hoje os IL's não estão ligados, alguns trocaram de nome, mas continuam com parcerias entre si. Basicamente o IL promove eventos, seminários e cursos para formar pessoas com o pensamento no liberalismo econômico. Os IL's contam com um grande time de columnistas liberais, muitos conhecidos nos veículos da imprensa tradicional brasileira. Sobre o papel dos desses institutos liberais

Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, os Institutos Liberais se constituem numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros, os Institutos Liberais se constituem como entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia, a difusão de uma concepção de mundo. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos e sim, de construir uma hegemonia burguesa, de difundir uma concepção de mundo que torne os preceitos do livre mercado em "pensamento único". (GROS, 2002, p.2)

Voltando às revistas em quadrinhos, como é de amplo conhecimento, trata-se de um dos meios de comunicação de massa mais populares do mundo, e também carregam

² Disponível em: institutoliberal.org.br. Acesso em: 25.01.2024

consigo uma grande capacidade de incutirem modas, comportamentos e visões de mundo, isso porque se beneficia do uso casado de duas linguagens: a escrita e a imagética.

Os mais importantes estudiosos do segmento, como Waldomiro Vergueiro, apontam que na pré-história e antiguidade egípcia, por exemplo, os desenhos, pinturas, ilustrações já eram uma forma de expressão e comunicação humana, isso também era utilizado no período medieval, quando igrejas usavam ilustrações para falar da vida de santos, por exemplo. Neste sentido, pode-se reconhecer principalmente a capacidade de comunicação desse tipo de linguagem para grandes massas não alfabetizadas (XAVIER, 2018).

Apesar de representarem a continuidade de uma longa tradição de manifestações iconográficas, cuja gênese pode ser encontrada nas pinturas das cavernas do homem pré-histórico e que se desenvolveram durante séculos em diversas formas de manifestações artísticas, como as colunas de Trajano, a Tapeçaria de Bayeux, o Livro dos Mortos, etc. Embora constituindo uma linguagem própria – híbrida da linguagem escrita e da imagem desenhada -, os quadrinhos tiveram sua aceitação pelas elites pensantes dificultada por diversos fatores, mas principalmente por sua característica de linguagem direcionada para as massas. No entanto, os últimos anos parecem ter trazido novos e promissores ventos para as histórias em quadrinhos no que diz respeito à sua inserção no mundo das manifestações artísticas socialmente reconhecidas (VERGUEIRO, 2009, p.16).

As HQ'S como conhecemos hoje surgiram na Europa em 1895, com o desenvolvimento de técnicas de reprodução gráfica em tiras de jornais e muito atreladas ao humor (comics), e eram malvistas no continente europeu por causar desestímulo à leitura convencional nas crianças, segundo seus críticos, e pelos intelectuais porque era algo direcionado às massas. A partir dos anos de 1930, surgiram as primeiras revistas em quadrinhos de super-heróis, histórias policiais e de faroeste que se popularizaram nos Estados Unidos. Em 1960, elas se popularizaram entre os jovens também na Europa, e daí para o mundo, foi quando se tornaram objeto de estudos sobre sua linguagem e sua capacidade pedagógica. Conforme vimos no texto “Análise de quadrinhos *A turma da Mônica*: A Turma da Mônica em “Brincando de cidadania” da Escola de Artes e Comunicação, USP, de Junho de 2013.

Will Eisner, estudioso da teoria dos quadrinhos em sua clássica obra *Quadrinhos e Arte sequencial*, descreve que os quadrinhos são uma linguagem híbrida de imagens e escrita, que a escrita em um quadrinho deve ser lida como uma imagem e o processo psicológico de compreensão dos dois são semelhantes. Eisner chama as revistas em quadrinhos de arte sequencial:

Em sua forma mais simples, os quadrinhos empregam uma série de imagens repetitivas e símbolos reconhecíveis. Quando são usados vezes e vezes para expressar idéias similares, tornam-se uma linguagem (...) É essa aplicação disciplinada que cria a gramática da arte sequencial (EISNER, 1985, p.7)

No Brasil, A Turma da Mônica é grande destaque no meio dos quadrinhos, tendo seu primeiro gibi lançado em 1970, são cinquenta anos fazendo parte da infância de crianças e jovens que leram sobre os mais diversos temas. É importante ressaltar que a Mauricio de Sousa Produções sempre se propôs a discutir temas de relevância social. Em 2018, em parceria com o governo Federal, a Mauricio de Sousa produções lançou um almanaque chamado: *A Turma da Mônica e as Forças Armadas*, que custou cerca de 300 mil reais aos cofres públicos. Sobre essa relação direta com a pedagogia, Geisa de D'oliveira relatou:

A trajetória de Mauricio de Sousa não só ilustra a transformação de um desenhista em empresário, como também diz muito a respeito da relação dos quadrinhos brasileiros com o binômio pedagogia/entretenimento. Sua obra, um sucesso comercial, apesar de ter no humor um de seus principais ingredientes, possui fortes vínculos com estratégias de ação voltadas à educação. Há cerca de dez anos seus personagens são usados para a confecção de material de campanhas educativas do governo. (D'OLIVEIRA, 2011, p. 66)

No próximo tópico, nos ocuparemos da análise da edição “A turma da Mônica cidadania” para demonstrar como o ideário neoliberal aparece nessa edição do gibi: a partir das discussões anteriores, que enfatizam a capacidade do neoliberalismo de se enraizar não apenas como um conjunto de práticas econômicas, mas como uma racionalidade que modela comportamentos e subjetividades, fica claro que essa ideologia, ao se difundir nas esferas sociais, inclui também a educação infantil como uma ferramenta para sua perpetuação. O gibi, enquanto um meio de comunicação direcionado ao público infantil, se torna um veículo eficaz para promover valores neoliberais, como a meritocracia e a responsabilização individual, naturalizando a lógica do mercado e do Estado mínimo desde as primeiras fases da vida.

4. Neoliberalismo para baixinhos: análise do ideário neoliberal na revista em quadrinhos “cidadania” da Turma da Mônica

O Instituto Cultural Mauricio de Sousa é um setor a parte na empresa Mauricio de Sousa Produções, e tem como finalidade atuar diretamente com educação e em temas de

relevância social. O ICMS publicou a revista em quadrinhos *Cidadania* no ano de 1993³ (**Figura 1**) para ensinar cidadania de maneira lúdica às crianças brasileiras.

A cidadania é popularmente entendida como os direitos e deveres de uma pessoa. Tendo como entendimento que a prática da cidadania está centrada em direitos civis, políticos e sociais (FONSECA, 2007), e que o desenvolvimento desta está ligado ao surgimento do Estado-Nação (CARVALHO, 2002), precisamos ter em mente que a noção de cidadania é mais complexa do que o apresentado e mesmo compreendendo que não podemos exigir uma abordagem de alta complexidade de um almanaque que pretende ensinar o público infantil, pretendemos mostrar a falta de elementos importantes da construção do que sabemos que é cidadania, e analisar como a visão de cidadania e Estado e as atribuições de Estado estão embrincados pela racionalidade dos patrocinadores da revista em questão.

Figura 1: Capa da revista em quadrinhos



Fonte: Revista Cidadania Turma da Mônica, 1993.

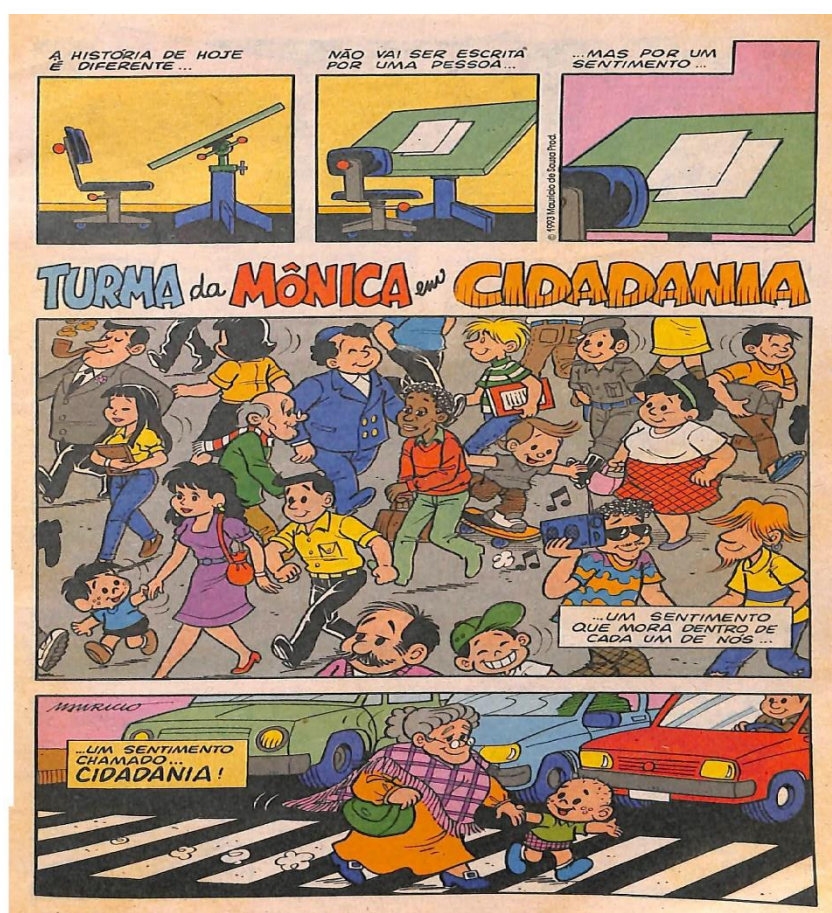
Como se vê na figura 2, o autor inicia sua narração definindo cidadania como um sentimento “um sentimento que mora dentro de cada um de nós”, algo abstrato e internalizado, e que o indivíduo realiza por ele mesmo. O historiador José Murilo de Carvalho (2002), faz um

³Disponível em: <http://www.guiadosquadrinhos.com/edicao/turma-da-monica-cidadania-a/tu493100/77400>. Acesso em: 25/01/2024

levantamento histórico sobre a cidadania, ele afirma que a ideia de cidadania surgiu na Inglaterra, e que os direitos adquiridos, civis, políticos ou sociais que fizeram surgir essa percepção, foram conquistados aos poucos, por ter uma construção sequencial, a cidadania tem história e desenvolvimento, que varia de país para país.

Carvalho traça o caminho histórico de construção da cidadania brasileira, na obra *Cidadania no Brasil. O longo caminho* (2002), que toca o período colonial, a escravidão e a consequência deles na construção da cidadania brasileira até a proclamação da “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida a Constituição de 1988.

Figura 2: um sentimento chamado cidadania



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” da Turma da Mônica, 1993, p. 1

A revista em quadrinhos Cidadania da Turma da Mônica não faz qualquer menção à Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, ao longo de sua narrativa. Esse documento é um marco histórico fundamental na trajetória do Brasil, resultado de conquistas coletivas e sociais. A escolha do Instituto Cultural Mauricio de Sousa ao explicar o conceito de

cidadania na revista, sem abordar o fato de que ela envolve direitos, ou, como se popularizou, “direitos e deveres”, ignora a dimensão histórica dessas conquistas, obtidas por meio do esforço coletivo ao longo do tempo.

Ao definir cidadania como um “sentimento que mora dentro de cada um”, a narrativa desvia de uma compreensão mais concreta e histórica da cidadania e de seus símbolos. Em vez disso, a revista promove uma visão que privilegia a individualidade, a meritocracia e a responsabilidade pessoal, com ênfase no “faça você mesmo”. Essa abordagem reduz o conceito de cidadania a uma questão pessoal e subjetiva, desvinculando-o das lutas sociais e da participação coletiva que historicamente garantiram os direitos civis, políticos e sociais.

Figura 3: Brasil



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993, p. 3.

Como se vê na figura 3, a narração continua ao identificar o cenário em que a história se passa, exaltando as riquezas naturais do Brasil, descrito como um “país abençoado pela natureza”. Essa afirmação inicial enaltece a ausência de catástrofes naturais, como furacões, tsunamis ou vulcões, sugerindo que o país deveria, teoricamente, proporcionar uma vida próspera e feliz a seus habitantes, devido à abundância de recursos e à falta de obstáculos climáticos.

No entanto, a sequência da narrativa desconstrói essa expectativa ao afirmar que “infelizmente, a verdade não é bem essa”. Essa ruptura indica que, apesar das condições naturais favoráveis, a felicidade e o bem-estar não são realidades universais no país. A partir desse ponto, a revista parece começar a deslocar a responsabilidade pelos problemas sociais dos aspectos estruturais ou econômicos para o comportamento dos próprios cidadãos, sugerindo que os brasileiros, por suas ações ou atitudes, seriam os principais responsáveis pelos obstáculos

ao desenvolvimento e à felicidade coletiva. Esse discurso individualiza as causas das dificuldades, alinhando-se à lógica neoliberal que frequentemente responsabiliza o indivíduo em detrimento de explicações mais amplas que envolvem a estrutura social ou o papel do Estado.

A revista em quadrinhos do Instituto Cultural Mauricio de Sousa começa a descrever pequenas corrupções no cotidiano dos cidadãos brasileiros, representadas por uma série de “espertezas” que são vistas como comportamentos comuns (**Figura 4**). A sequência inicia com atitudes aparentemente inofensivas, como uma trapaça em um jogo de crianças, em que um dos personagens usa o “truque do chiclete” para ganhar vantagem. O comportamento é reforçado pelo lema “temos que levar vantagem em tudo”, o que ilustra a normalização da esperteza desde a infância. Em seguida, a narrativa avança para práticas mais graves, como a ultrapassagem pelo acostamento no trânsito, demonstrando a ideia de que a “lei do mais esperto” prevalece em todos os lugares.

Figura 4: A lei do mais esperto está presente em todo lugar



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993. P 3.

A revista constrói uma escalada de condutas antiéticas que culminam em ações mais sérias, como a venda de produtos sem garantia e a figura do “funcionário fantasma”, que recebe salário sem trabalhar. Ao conectar essas pequenas corrupções do cotidiano com o

comportamento de políticos e figuras de poder, a revista sugere que a corrupção sistêmica começa nos indivíduos comuns, reforçando a ideia de que a crise moral e política do país é resultado de um comportamento generalizado de esperteza e trapaça.

No entanto, essa narrativa pode ser problematizada, pois individualiza as causas dos problemas estruturais do Brasil, ao invés de apontar para questões mais amplas, como desigualdade social, falta de acesso à educação e oportunidades, e a responsabilidade do próprio sistema político e econômico.

A revista, ao focar na corrupção do cidadão comum, retira a ênfase das estruturas institucionais e das condições históricas que fomentam tais comportamentos, adotando uma perspectiva que ressoa com a lógica neoliberal. Ao naturalizar a corrupção como algo inerente à cultura popular, a revista simplifica a complexidade das questões sociais, contribuindo para uma visão em que a falha moral do indivíduo é a causa principal dos problemas nacionais, ignorando os fatores que perpetuam essa cultura.

Nas figuras 5 e 6 podemos perceber que os políticos brasileiros têm um diálogo imoral, ou muito “espertalhão”. O diálogo de quem se elegeu e só está na política com o objetivo de conseguir benesses para si, coisas imorais. Neste ponto fica clara a explicação que a revista de Mauricio e patrocinadores escolheu apresentar para que as crianças possam aprender o que causa a infelicidade de tantas pessoas no Brasil: o próprio brasileiro, no caso, as classes mais populares.

A escolha da revista é transmitir a ideia de que os cidadãos brasileiros não são felizes porque são corruptos, guiados pela “lei do mais esperto”, que permeia todos os aspectos da vida cotidiana. Essa esperteza, representada como uma característica generalizada, se reflete na política e nos próprios políticos, sugerindo que o país não funciona porque as pessoas, em todos os níveis, agem de maneira desonesta e egoísta. A mensagem implícita é que o brasileiro seria, por natureza, corrupto, sempre buscando uma solução fácil ou um “jeitinho” para tudo.

É importante destacar que as situações retratadas na revista ocorrem no cotidiano, envolvendo pessoas simples. A Turma da Mônica, composta por crianças comuns, vive situações típicas de um bairro de classe média, com ilustrações que mostram cidadãos em filas, motoristas no trânsito, vendedores, enfim, o brasileiro médio em suas atividades diárias. Esse retrato do cotidiano é contrastado com a excepcionalidade dos políticos, como se os problemas da nação fossem uma simples extensão dos comportamentos individuais. Essa visão, amplamente adotada no imaginário social brasileiro, perpetuou a ideia de que a corrupção está arraigada em todos, convencendo grande parte da sociedade de que a falha moral é intrínseca

ao povo brasileiro. Isso gera uma autopercepção negativa que muitos cidadãos acabam internalizando e reproduzindo ao longo do tempo.

Figura 5: Essa esperteza acaba se refletindo nos nossos representantes



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993. P 4

Figura 6: Inflação



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993. P 5

Essa explicação sobre os problemas do Brasil não surgiu ao acaso. A teoria que atribui ao “jeitinho” brasileiro, à corrupção do povo, ao personalismo ou ao patrimonialismo — isto é,

às relações entre o Estado e os indivíduos baseadas em favores pessoais — tem suas raízes em importantes correntes da sociologia brasileira, representadas por autores como Sérgio Buarque de Holanda (*Homem cordial* 1936), Gilberto Freyre (*Casa grande e senzala* 1933) e Roberto DaMatta (*Carnavais, Malandros e Heróis* 1983).

Essas teorias, de forma geral, lançam um olhar sobre a sociedade brasileira, especialmente sobre as classes mais baixas, os pobres, retratando-os como pessoas que não têm gosto pelo trabalho, pelo esforço ou pela iniciativa empreendedora. Diferente dos mitos formadores de nações do hemisfério norte, como os Estados Unidos, ou de países europeus, que exaltam uma cultura empreendedora, de trabalho árduo e de iniciativa individual, os pobres brasileiros são vistos como dependentes de um “senhor”, seja um patrão ou um político, em trocas de favores. A partir dessa visão, o Estado é retratado como um administrador ineficiente, corrupto e paternalista, uma crítica que se alinha à visão liberal e reforça o discurso de que o mercado seria mais eficiente que o Estado.

O sociólogo Jessé Souza, em contraposição a essas visões, marca uma ruptura ao considerar tais teorias ultrapassadas, e, em muitos casos, até racistas. Em seu livro *A ralé brasileira* (SOUSA, 2009), Souza responde ao cientista político Alberto Carlos de Almeida e à sua obra *A cabeça do brasileiro* (2007) criticando-a por “requentar” a tese do patrimonialismo, argumento que Souza considera insuficiente e arcaico para explicar a realidade do país. Para ele, esse tipo de interpretação simplifica a complexidade das relações sociais no Brasil, desconsiderando as verdadeiras causas estruturais da desigualdade e da corrupção:

Onde está, afinal, localizada a superficialidade e o conservadorismo desse tipo de análise como a da “sociologia do jeitinho”? O engano mais óbvio está em perceber a dinâmica e moderna, ainda que injusta e desigual, sociedade brasileira como dominada por relações sociais pré-modernas. Como já vimos em detalhe acima, essas relações pessoais pré-modernas possuem toda a ambiguidade do sentimento e da emotividade levando a uma cultura do privilégio e da corrupção. Essa “acusação” é o que esclarece o ‘charminho crítico’ desse tipo de teoria e seu poder de convencimento na universidade e fora dela” (SOUSA, 2009. p. 77).

Sousa explica que o sucesso dessas ideias se dá em primeiro plano porque seus idealizadores pegam uma explicação simplista que coloca em primeiro plano o “capital social das relações pessoais”, ou seja, evidência os indivíduos e seu acesso a pessoas “importantes” e deixa de fora as classes sociais, o acesso a cultura, a estudo, a bens. Sousa (2009) não inutiliza o capital social das relações pessoais, mas ressalta que isso não é suficiente, já que nem todos podem ter acesso a pessoas “importantes”, a políticos, ao capital social pessoal:

Em resumo, a eficácia de suas ideias se explica por confundir fenômenos muito diferentes entre si: nomeadamente na confusão entre a inegável influência do “capital social de relações pessoais” para as chances de sucesso pessoal de qualquer indivíduo em qualquer sociedade moderna, com o fato, muitíssimo diferente, de que uma dinâmica e complexa (ainda que injusta e desigual) sociedade como a brasileira seja “estruturada”, pelo “capital social de relações pessoais”. Como o acesso aos capitais “impessoais” econômico e cultural – que se transmitem por heranças afetivas e intelectuais no interior das famílias das classes privilegiadas – é o segredo mais bem guardado num tipo de dominação social que só vê os indivíduos e esconde as classes que os formam, a cegueira da teoria duplica a cegueira da dominação social incrustada no senso comum que todos compartilhamos. É isso que garante a ‘compreensibilidade’ imediata de teorias conservadoras e superficiais que se baseiam no “capital social de relações pessoais (SOUSA, 2009, p. 77).

A metodologia da sociologia de Jessé Souza se baseia no conceito de dominação social, que representa uma leitura atualizada das ideias de Max Weber e, principalmente, de Pierre Bourdieu, aplicada à análise da sociedade brasileira. Para Souza, a chave para entender essa dominação reside no acesso que as classes mais privilegiadas têm aos capitais econômico e cultural, os quais são transmitidos no seio familiar, especialmente nas famílias mais abastadas e de classe média.

Souza (2009) ressalta que a “ralé” é uma classe que vive abaixo da linha da dignidade: são pessoas muito pobres, em sua maioria negras, que foram historicamente marginalizadas desde o período da abolição da escravidão. Diferentemente da classe média, essas pessoas não possuem os meios necessários para competir em igualdade de condições, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação. Enquanto os filhos da classe média recebem suporte familiar em vários aspectos desde o nascimento — como estímulos à leitura, tempo para estudar e condições favoráveis à concentração —, a “ralé” carece de todos esses recursos.

Assim, no estudo de Jessé Souza, a explicação baseada no capital social de relações pessoais para justificar a infelicidade geral da nação é uma visão conservadora e liberal, pois desconsidera as profundas diferenças entre as classes sociais. Para a elucidação deste trabalho, é importante destacar que, no debate entre Estado e mercado, a tese patrimonialista se fundamenta na demonização do Estado e na idealização do mercado. Jessé Souza não pretende simplesmente inverter essa lógica, mas sim mostrar como essa perspectiva é rasa e superficial, uma vez que não leva em consideração a construção histórica e social dessas instituições. Nas palavras do autor:

Como a tese do patrimonialismo vê a relação mercado/Estado? Ao invés de percebê-los como instituições ambivalentes cujo raio de ação será definido por lutas sociais concretas, essa tese sequer deixa que o elemento do conflito

social surja na argumentação. Como isso é conseguido? Ora, basta supor que toda a contradição e todo conflito social se encerram na própria definição de Estado e de mercado, de tal modo que um deles seja o ‘bem em si’ e o outro, ‘o mal a ser combatido’. Assim, os ‘termos do conflito’, classes e grupos em luta por recursos escassos, sequer são tematizados ou, melhor ainda, para uma ideologia elitista, sequer são “percebidos” como conflito. Para esse tipo de pseudocrítica social, todo o conflito social visível está embutido na oposição entre mercado e Estado. A tese do patrimonialismo pressupõe, portanto, tanto que se esconda e se esqueça a “sociedade”, e com ela os conflitos sociais como arena da disputa por recursos escassos, como também se simplifique mercado e Estado, onde um é o mocinho e o outro é o vilão. Esse é o nome da operação ideológica que permite que o tipo de liberalismo redutor e mesquinho que temos entre nós possa ser visto com o “flair” de uma teoria crítica da sociedade (SOUSA, 2009. p. 77).

Por isso, Jessé Souza critica Alberto Carlos Almeida (2007), que em sua obra enfatiza a ideia de que o Estado é mal administrado e reflete os valores dos cidadãos de classes mais baixas, sempre apontando o Estado como o vilão, enquanto o mercado nunca seria responsabilizado. Para Almeida, o mercado seria a solução que os pobres necessitam para evoluir e se desenvolver, associando-o à modernidade e ao progresso.

Além disso, Jessé Souza identifica outro fator que explica o sucesso de teses como a do patrimonialismo, mesmo quando “requeentadas” por Almeida: o lugar de onde elas se originam. Souza argumenta que a classe econômica que promove esse tipo de pensamento não está restrita a São Paulo, mas já se espalhou por todo o Brasil. São essas elites, isoladas em seus condomínios de luxo e nos centros financeiros, vivendo em conforto, que defendem a redução do papel do Estado (Estado mínimo). Para essas pessoas, a solução está no mercado, incluindo a administração de direitos básicos, como saúde e educação. Elas pedem a redução dos gastos públicos, acusando o Estado de ser um mau administrador e responsabilizando os pobres pela sua própria condição, desconsiderando as profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

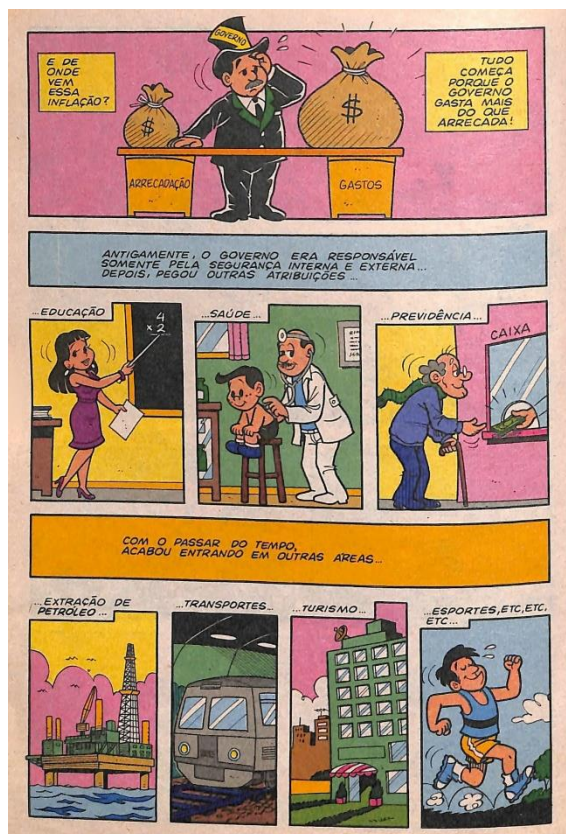
A imagem representada na **Figura 7** mostra a continuidade da narrativa do gibi "Cidadania" da Turma da Mônica, ilustrando a visão de que o governo brasileiro, ao longo do tempo, assumiu mais atribuições do que deveria, causando um desequilíbrio entre arrecadação e gastos. O personagem no topo da figura, um político com um saco de dinheiro sobre a mesa, segura um balde de “arrecadação” e o despeja em um balde de “gastos”, sugerindo que a culpa pelo desequilíbrio financeiro do país é de um Estado que gasta mais do que arrecada.

A sequência de imagens abaixo mostra as áreas de responsabilidade do Estado — educação, saúde, previdência — e, com o passar do tempo, como o governo teria expandido suas funções para áreas como transporte, turismo, esportes, e extração de petróleo. Essa

expansão é retratada de maneira negativa, implicando que o governo teria se apropriado de responsabilidades que, em uma lógica neoliberal, seriam mais bem administradas pela iniciativa privada.

Essa representação gráfica reflete a narrativa neoliberal de que o Estado, ao se expandir para além de suas funções essenciais, torna-se ineficiente e excessivamente oneroso. Segundo essa visão, o excesso de responsabilidade do Estado é uma das principais causas da inflação e da crise econômica. Ao mostrar o governo como um grande gastador e administrativamente ineficiente, a revista reforça a crítica neoliberal de que o Estado deve reduzir suas funções e deixar que o mercado assuma o controle dessas áreas, particularmente as que envolvem a produção e a oferta de serviços.

FIGURA 7: O governo gasta mais do que arrecada



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993, p. 6.

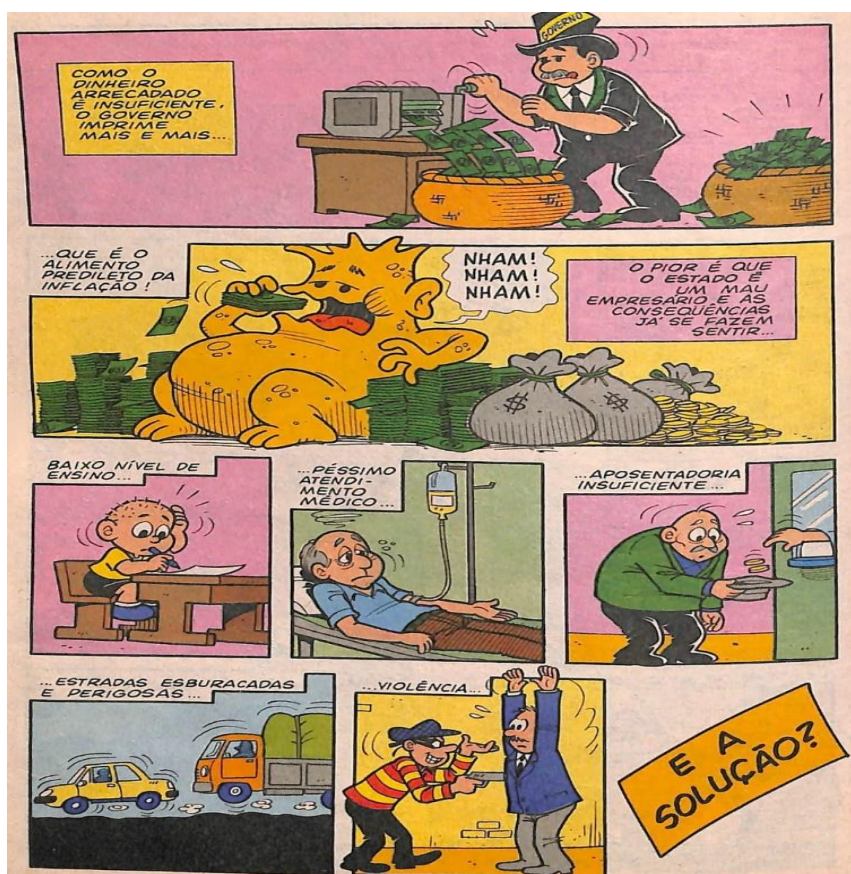
Contudo, ao problematizar essa análise, pode-se observar que a **Figura 7** simplifica a relação entre Estado e economia, ignorando o papel de grande relevância que o governo desempenha na garantia de direitos sociais e na promoção do bem-estar coletivo. A lógica da

revista, ao adotar a crítica à suposta “ineficiência” do Estado, reflete os interesses de um pensamento neoliberal que busca reduzir o papel do poder público, desconsiderando que setores como saúde, educação e previdência são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a revista não aborda as complexidades das razões pelas quais o Estado, em muitos casos, assume a administração de setores essenciais — geralmente por questões de justiça social, redistribuição de recursos e o acesso equitativo a serviços básicos.

Ao apresentar a solução simplificada de que o problema econômico advém da "intervenção excessiva" do Estado, a narrativa reforça a perspectiva neoliberal de que o mercado, e não o governo, seria o melhor gestor dessas áreas, uma visão que, como sabemos, foi largamente questionada nos próprios países centrais, como observa Ha-Joon Chang em *Chutando a Escada* (2004).

Na **Figura 8**, vemos uma continuação da narrativa crítica ao Estado, reforçando a ideia de que ele é um "mau empresário". A imagem principal mostra o Estado como um personagem glutão, representado por um monstro que devora dinheiro — uma alegoria da inflação. Essa figura exagerada e grotesca devora a riqueza gerada pelo governo, simbolizando que a arrecadação excessiva é mal administrada, resultando em inflação e ineficiência. O texto reforça essa ideia ao afirmar que o Estado é incapaz de gerir os recursos de maneira eficaz, permitindo que “empresas estatais” sejam mal geridas, o que supostamente resulta em uma economia estagnada e ineficiente.

Figura 8: O estado é um mau empresário. Qual a solução?



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993, p. 8

A sequência de cenas nas camadas inferiores da figura demonstra os “efeitos colaterais” dessa má gestão: baixo nível de ensino, atendimento médico precário, aposentadoria insuficiente, estradas esburacadas e violência. Todas essas questões sociais são apresentadas como consequências diretas da incompetência do Estado em gerir seus recursos e suas responsabilidades. A pergunta final: “E a solução?”, sugere que a solução seria a transferência dessas responsabilidades para a iniciativa privada ou para o mercado, uma lógica característica do neoliberalismo.

A **Figura 8** reforça, assim, o discurso neoliberal que critica a capacidade do Estado de atuar como um gestor eficiente, utilizando um apelo visual que simplifica as causas dos problemas estruturais do Brasil. A imagem representa o Estado como o principal vilão, responsável por problemas complexos como a saúde pública deficiente, a má gestão da educação e a precariedade na infraestrutura. Ao atribuir a culpa pela ineficiência desses serviços unicamente ao Estado, a revista constrói uma narrativa que esvazia a discussão sobre as desigualdades socioeconômicas, a distribuição de renda e a histórica ausência de políticas públicas adequadas para enfrentar essas questões.

Essa simplificação, ao ignorar as múltiplas dimensões envolvidas na gestão do bem público, ecoa o discurso neoliberal de que o mercado seria o gestor mais adequado para administrar esses setores, uma ideia amplamente debatida e criticada em um sem-número de estudos que seria difícil lista-los nos limites deste artigo. Por exemplo, a privatização de setores estratégicos como saúde, educação e previdência, conforme sugere implicitamente a revista, não resolve as desigualdades intrínsecas de acesso a esses serviços, especialmente em um país com profundas disparidades econômicas como o Brasil. Ao apresentar o Estado como uma entidade centralizadora e ineficiente, o gibi desconsidera que a função social do governo é garantir os direitos fundamentais, o que muitas vezes só é possível com a intervenção estatal, especialmente em áreas que o mercado tende a excluir por não serem lucrativas.

Além disso, a personificação grotesca da inflação como um monstro devorador de dinheiro desvia o foco da complexidade do fenômeno inflacionário, que envolve fatores como políticas monetárias, relações internacionais e estrutura de produção, e não apenas a ineficiência estatal. Esse tipo de representação simplificada pode perpetuar uma visão distorcida do papel do Estado e das causas dos problemas socioeconômicos, reforçando a ideia de que as soluções devem ser buscadas no mercado e na iniciativa privada, o que se alinha diretamente à racionalidade neoliberal.

Em suma, a **Figura 8** utiliza uma linguagem visual e narrativa que, ao reforçar a visão de que o Estado é o principal responsável pelos problemas sociais do Brasil, contribui para a perpetuação de um discurso que favorece o Estado mínimo e desconsidera as funções sociais do governo. Ao mesmo tempo, ignora a complexidade dos problemas estruturais e históricos que envolvem a gestão pública em um contexto de desigualdade e concentração de riquezas.

Na **Figura 9**, encontramos um texto assinado por Henrique de Campos Meirelles, então presidente do Banco de Boston no Brasil, que explica o apoio da instituição financeira à publicação por ele classificada como “cartilha” da Turma da Mônica, intitulada “Cidadania”. O texto apresenta o patrocínio como parte das ações sociais do banco, justificando a iniciativa como uma forma de “cumprir seu papel social” ao investir em cultura e educação. O discurso ressalta a importância de cada cidadão reconhecer suas responsabilidades e seus deveres perante a família, a sociedade e a nação, enfatizando a ideia de cidadania como uma prática individual e, ao mesmo tempo, colaborativa.

No entanto, ao analisar essa inserção à luz da problematização central do trabalho, é possível identificar que o patrocínio de uma grande instituição financeira, como o Banco de Boston, em uma publicação voltada ao público infantil não é um ato neutro ou desinteressado. Ao contrário, esse financiamento revela uma estratégia de disseminação do ideário neoliberal,

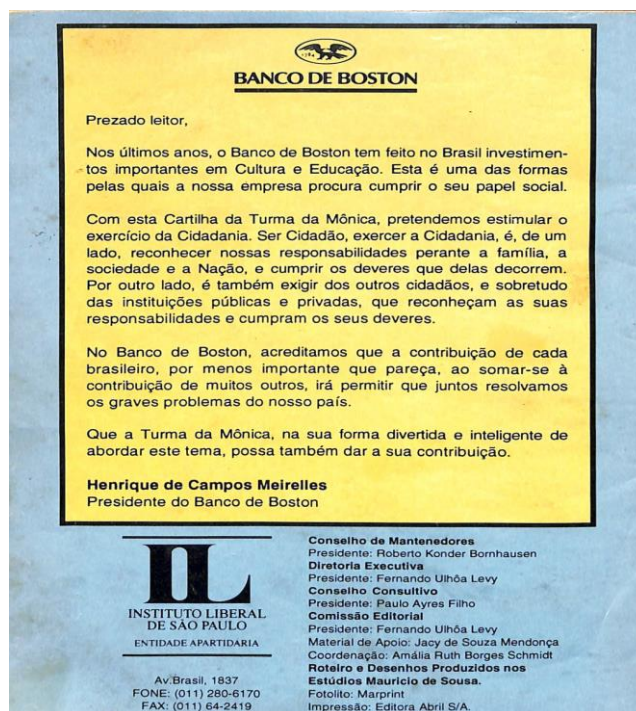
alinhando-se ao projeto de construção de uma racionalidade que promove a responsabilidade individual e a minimização do papel do Estado.

O Banco de Boston, uma instituição de grande relevância no mercado financeiro global, teve uma participação significativa na promoção de políticas econômicas neoliberais, como a desregulamentação do mercado e a diminuição do papel do Estado na economia durante os governos Collor, Itamar e FHC. O apoio a uma publicação como a “Cartilha Cidadania”, que já apresenta em sua narrativa elementos de crítica ao Estado e valoriza a meritocracia e a responsabilização individual, reflete um alinhamento com os interesses dessa instituição e com a ideologia neoliberal que ela representa.

Nesse sentido, o patrocínio do banco deve ser problematizado como parte de um projeto mais amplo de construção de uma hegemonia ideológica que busca inculcar, desde cedo, nos leitores (crianças e seus responsáveis), uma visão de mundo que favorece o livre mercado e a privatização de serviços públicos.

Ademais, o texto assinado por Henrique Meirelles destaca que a revista em quadrinho pretende “reconhecer nossas responsabilidades perante a família, a sociedade e a nação”, o que reforça o discurso da cidadania como algo essencialmente vinculado ao indivíduo e à sua capacidade de agir eticamente no plano privado. No entanto, ao enquadrar a cidadania dessa forma, a revista em quadrinhos (e o banco que a financia) desconsidera os aspectos estruturais e históricos das lutas sociais por direitos, ao mesmo tempo que transfere para o cidadão comum a responsabilidade pelas falhas do sistema, isentando as grandes corporações e os interesses do capital financeiro de sua participação nesses processos.

Figura 9: Financiamento do banco de boston



Fonte: Revista em quadrinhos “Cidadania” Turma da Mônica, 1993, p. 17.

Além disso, também aparece como parceira da revista em quadrinhos o Instituto Liberal de São Paulo, autorreferenciado na publicação como instituição apartidária — para maior das contradições. Vale destacar que essa é uma entidade conhecida por sua atuação na difusão do pensamento liberal e na defesa de políticas que promovem o Estado mínimo e a desregulamentação. O envolvimento do banco e do instituto reforça a ideia de que essa publicação faz parte de um esforço coordenado para promover uma ideologia neoliberal desde a infância, utilizando a popularidade da Turma da Mônica como uma ferramenta eficaz para veicular esse discurso de forma acessível e lúdica.

Portanto, a presença do Banco de Boston como patrocinador da cartilha “Cidadania” não deve ser vista apenas como uma contribuição à educação ou à cultura, mas como uma ação estratégica que visa promover valores e ideias alinhados ao neoliberalismo. A naturalização do discurso de responsabilização individual e a crítica implícita ao Estado como ineficiente estão diretamente conectadas aos interesses do setor financeiro, que se beneficia da redução do papel do Estado na economia e da privatização dos serviços públicos. Ao financiar uma publicação voltada para crianças, o banco participa ativamente da construção de uma narrativa que perpetua esses valores, influenciando as gerações mais jovens a internalizar a lógica neoliberal desde cedo.

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar de que maneira o ideário neoliberal é expresso na revista em quadrinhos “Cidadania” da Turma da Mônica, lançada em 1993 pelo Instituto Cultural Mauricio de Sousa, com patrocínio do Banco de Boston e apoio do Instituto Liberal de São Paulo. Com base nas discussões sobre o neoliberalismo e seu impacto nas sociedades contemporâneas, foi possível observar como a narrativa do gibi reflete, de maneira lúdica e acessível, elementos centrais e pendessamento, promovendo uma visão simplificada e individualista da cidadania, da responsabilidade social e da relação entre o Estado e o mercado.

A análise da revista evidenciou uma série de metáforas e alegorias que reforçam a crítica neoliberal ao Estado e naturalizam a ideia de que os problemas sociais e econômicos do Brasil decorrem da “má gestão” pública e da corrupção endêmica dos cidadãos comuns. A representação do Estado como um mau administrador, devorador de recursos e responsável por serviços ineficientes, somada à valorização da meritocracia e da responsabilização individual, reflete um discurso que desconsidera a complexidade das causas históricas e estruturais dos problemas sociais do país. Ao focar na corrupção do indivíduo e minimizar o papel das desigualdades socioeconômicas e da concentração de riqueza, o gibi favorece a difusão de uma lógica que privilegia a redução do papel do Estado e a transferência de responsabilidades para o mercado e os cidadãos.

O patrocínio do Banco de Boston, uma grande instituição financeira envolvida diretamente na promoção de políticas neoliberais no Brasil e no mundo, torna ainda mais evidente o caráter ideológico da publicação. A presença do banco, assim como do Instituto Liberal de São Paulo, reforça a ideia de que essa revista foi concebida não apenas como um material educativo, mas como parte de um projeto mais amplo de construção de hegemonia ideológica, destinado a influenciar as novas gerações e a perpetuar valores que favorecem a desregulamentação, a privatização e a responsabilização individual pelos problemas coletivos.

Nesse sentido, a revista “Cidadania” da Turma da Mônica pode ser vista como um veículo eficaz para a disseminação do pensamento neoliberal, ao utilizar uma narrativa visual e acessível para crianças, naturalizando um conjunto de valores que privilegiam a concorrência, o mercado e a meritocracia em detrimento da justiça social e da intervenção estatal. Como foi discutido ao longo do trabalho, esse tipo de discurso, ao ser veiculado de forma massiva e desde a infância, contribui para a internalização de uma visão de mundo que desconsidera as lutas

sociais e coletivas por direitos e esvazia o papel do Estado como garantidor do bem-estar e da equidade social.

Por fim, este trabalho reforça a importância de analisar criticamente as produções culturais, especialmente aquelas voltadas para o público infantil, que, de forma aparentemente neutra ou desinteressada, podem estar promovendo ideologias que moldam o imaginário social de maneira profunda e duradoura. A revista em questão, ao ser apoiada por grandes instituições financeiras e *think tanks* liberais, demonstra que a cultura popular é um campo estratégico para a difusão de ideários políticos e econômicos, e, nesse caso específico, a racionalidade neoliberal se manifesta como uma tentativa de moldar as subjetividades desde cedo, formando futuros cidadãos que vejam o mercado como solução para os problemas sociais e o Estado como um entrave ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, v. 34, p. 211-239, 2019.
- BARROS, José D' Assunção. Fontes Históricas: Uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COSTA, Tarcísio. Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-200): A grande transição*. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.
- D'OLIVEIRA, Gêisa Fernandes. Humor e identidade: brasilidade em Laerte e Mauricio de Sousa. *REVISTA USP* n.88, São Paulo, p. 60-73, dezembro/fevereiro 2010-2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª edição – São Paulo: Boi Tempo, 2016.
- DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. *Neoliberalismo – Neo-imperialismo*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.
- EISNER, Will. *Quadrinhos e arte seqüencial*. Martins Fontes, 1995.

FONSECA, A. D.; SEREJO, W. S. ; ROIZ, D. S. . O Jeito Assembleiano de Ser Cidadão: Representações Sobre a Prática Cidadã na Revista Lições Bíblicas (1980-1990). *Publica* (UFRGN), v. 03, p. 09-16, 2007.

FREIRE, Luciana. KANASHIRO, Luiza. SANTOS, Monica. RIBEIRO, Paulo. GARABEDIAN, Renata. FONSECA, Ronei. NOFFS, Sofia. BECKER, Sthephani. RONDINE, Vanessa. BERCELLOS, Victor. *Análise de quadrinhos A turma da Mônica: A Turma da Mônica em “Brincando de cidadania”*. Escola de Artes e Comunicação, USP. Junho de 2013.

GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *In: Encontro anual da ANPOCS*. Caxambú, outubro 2002.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos *In: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal*. *In: Aula magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)*, 1990, Brasília. Anpec: 1990. p. 3-23.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *Como sair do liberalismo?* São Paulo, EDUSC, 1999.

VERGUEIRO, Waldomiro. As histórias em quadrinhos no limiar dos novos tempos: em busca de sua legitimação como produto artístico e intelectualmente valorizado. *Visualidades*: volume 7, edição 1, páginas 16-41. 2009.

XAVIER, G. K. R. S. Histórias em quadrinhos: panorama histórico, características e verbo-visualidade. *DARANDINA*. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários-UFJF 10.2. 2018. Volume 10.